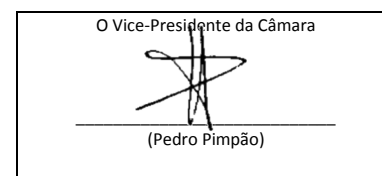


CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

CONCURSO PÚBLICO

Contratação de serviços de seguros

Caderno de Encargos



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

PARTE I - CLÁUSULAS GERAIS

Artigo 1º

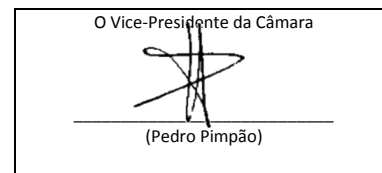
Objecto

1- O presente Caderno de Encargos estabelece as condições jurídicas e técnicas a incluir no contrato a celebrar, na sequência do procedimento por concurso público, que tem por objecto a aquisição de serviços de seguros, através da contratação de apólices de seguro no mercado segurador, conforme se descreve pormenorizadamente na Parte II – Cláusulas Técnicas do presente Caderno de Encargos.

2- O presente concurso abrange a cobertura do universo de riscos que compõem a carteira de seguros do Município de Loulé e que decorrem das suas actividades enquanto entidade gestora de meios humanos e patrimoniais.

3- O objecto do contrato abrange a contratação das seguintes modalidades de seguros, todas de ramos “não vida”:

- I) Seguro de Acidentes de Trabalho;
- II) Seguro de Grupo de Acidentes Pessoais dos Trabalhadores - Programa de Contrato de Emprego e Inserção;
- III) Seguro Frota Automóvel;
- IV) Seguro de multirriscos patrimoniais;
- V) Seguro de Responsabilidade Civil – Serviço de Vigilância;
- VI) Seguro Frota – Bicicletas partilhadas.
- VII) Seguro de Grupo de Acidentes Pessoais dos Eleitos Locais;
- VIII) Seguro de Grupo de Acidentes Pessoais Bombeiros;
- IX) Seguro de Grupo de Acidentes Pessoais – Utentes de Instalações/Atividades Desportivas;
- X) Seguro de Responsabilidade Civil Geral da Autarquia;
- XI) Seguro de Acidentes Pessoais – Banco de Voluntariado;
- XII) Seguro de Acidentes Pessoais – Férias Para Todos XL.



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

Artigo 2º

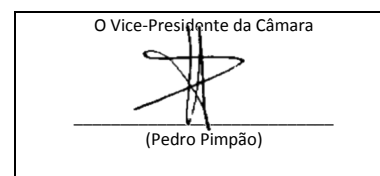
Representantes das partes

- 1 – O Município de Loulé designará os representantes que procederão ao acompanhamento da execução do contrato e que servirão de interlocutores com o gestor de serviços designado pelo adjudicatário.
- 2 – Apenas as solicitações emitidas pelos representantes nomeados para o efeito obrigarão o Município de Loulé.
- 3- Qualquer alteração nos representantes de qualquer das partes deverá ser comunicada, por escrito, à outra parte.

Artigo 3º

Contrato

- 1- O contrato é composto pelo respectivo clausulado contratual e os seus anexos.
- 2- O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a) Os suprimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as rectificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - c) O presente Caderno de Encargos e seus anexos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
- 3- Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respectiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
- 4- Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

Artigo 4º

Prazo

1- O contrato a celebrar no âmbito do presente procedimento vigorará de 1 de maio de 2019 até ao dia 31 de dezembro de 2019, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessão do contrato.

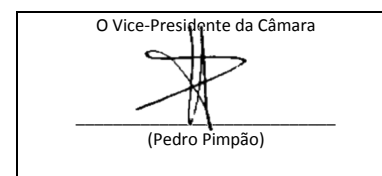
2- O adjudicatário deverá efetuar a transição das apólices à data de entrada em vigor do contrato, salvo se para alguma(s) apólice(s) em particular o Município determinar um prazo superior ao indicado.

Artigo 5º

Obrigações principais do adjudicatário

1- Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o adjudicatário as seguintes obrigações principais:

- a) Garantir o risco do Município de Loulé, de acordo com as respectivas apólices;
- b) Não proceder a qualquer alteração das taxas das apólices ou outras condições particulares ou especiais no decurso da execução do contrato, excepto se essas alterações resultarem de disposição legal, de norma do Instituto de Seguros de Portugal ou de particular agravamento dos riscos cobertos e, neste caso, com o consentimento da entidade adjudicante; apenas se aceitará a actualização de prémios que resulte, de alteração dos capitais seguros, das massas salariais e das pessoas seguras.
- c) Obrigação de dar resposta a qualquer solicitação por parte do Município de Loulé, no prazo máximo de 24 horas;
- d) Assegurar a existência de uma linha telefónica de contacto directo com o gestor de serviços designado pelo adjudicatário e que será o responsável pelo apoio a prestar ao Município de Loulé, durante a execução do contrato;
- e) Garantir o acesso à informação actualizada e relativa a cada uma das modalidades de seguro incluídas no contrato, sempre que tal lhe seja solicitado pelos interlocutores designados pelo Município de Loulé;
- f) Proceder ao envio de relatórios semestrais de sinistralidade, no prazo de 60 dias após a conclusão de cada semestre;



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

- g) Proceder à actualização das coberturas dos seguros obrigatórios, que decorram de alterações legislativas, dando prévio conhecimento ao Município de Loulé;
- h) Comunicar antecipadamente ao Município de Loulé os factos que tornem total ou parcialmente impossível a prestação dos serviços definida neste Caderno de Encargos e demais documentos contratuais;
- i) Prestar de forma correcta e fidedigna as informações referentes às condições em que são prestados os serviços, bem como ministrar todos os esclarecimentos que se justifiquem, de acordo com as circunstâncias;
- j) Comunicar qualquer facto que ocorra durante a execução dos contratos e que altere, designadamente, a sua denominação social, os seus representantes legais com relevância para a prestação de serviços, a sua situação jurídica e a sua situação comercial.

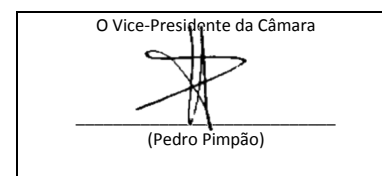
2- As alterações que ocorram nas circunstâncias previstas na alínea b) do número anterior, com excepção dos casos de particular agravamento do risco, produz efeitos na data do vencimento das apólices a que respeitem e deverão ser obrigatoriamente comunicadas ao Município de Loulé, com a antecedência mínima de 30 dias, por correio registado com aviso de recepção, sob pena de ineficácia.

3- A título acessório, o adjudicatário fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação de serviços, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

Artigo 6º

Requisitos da prestação de serviços

- 1- As propostas de cobertura de riscos visam prevenir efeitos emergentes da actividade desenvolvida pelo Município de Loulé, e a este imputáveis, em matéria de danos corporais e/ou materiais que se venham a manifestar sobre os seus patrimónios, os seus profissionais, munícipes e população em geral.
- 2- O adjudicatário deverá garantir o correcto cancelamento das apólices existentes à data de entrada em vigor do contrato, para que não existam duplicação de coberturas e respectivos custos, ou falta de cobertura por anulação das apólices existentes antes da entrada em vigor do novo Plano de Seguros.



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

3- O Município de Loulé deve ser avisado por escrito do montante a pagar, assim como da forma e do lugar de pagamento, com uma antecedência mínima de 30 dias em relação à data em que se vence o prémio, ou fracção deste.

4- Durante a vigência do contrato apenas se aceitará a actualização dos prémios, em caso de modificação dos capitais seguros, de acordo com a reavaliação dos bens seguros, alteração nos mapas de pessoal ou dos limites legalmente estabelecidos.

5- Não poderá verificar-se qualquer exclusão ou alteração das coberturas das apólices apresentadas a concurso e aceites pelo Município de Loulé.

6- Deverá ser disponibilizada uma linha telefónica privilegiada para apoio permanente à ocorrência de sinistros.

7- A linha telefónica referida no ponto anterior servirá igualmente para marcação de peritagem no prazo de 24 horas.

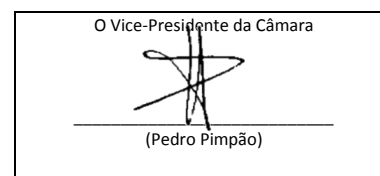
Artigo 7º

Sigilo

1- O adjudicatário deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Município de Loulé, de que possa ter conhecimento, ao abrigo ou por força da execução do contrato.

2- A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objecto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado directa e exclusivamente à execução do contrato.

3- Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respectiva obtenção pelo adjudicatário ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

Artigo 8º

Preço contratual

1- Pela prestação de serviços objecto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a Entidade Adjudicante deve pagar ao prestador de serviços de acordo com os preços que resultem da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.

2- Os preços referidos no número anterior incluem todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao Município de Loulé.

Artigo 9º

Condições de pagamento

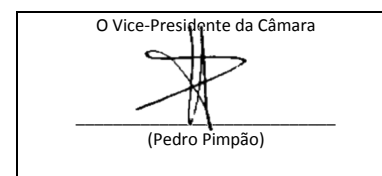
1- As condições de pagamento são as estabelecidas pelo Decreto-Lei nº 72/2008 de 16 de Abril, com as alterações introduzidas pela Lei nº 147/2015, de 9 de Abril, que regula o regime de pagamento dos prémios dos contratos de seguros, sem prejuízo de ser acordado entre as partes o pagamento fraccionado em conformidade com o previsto no mesmo normativo e com a especificidade das apólices em causa.

2- Em caso de discordância por parte da Entidade Adjudicante quanto aos valores indicados nas facturas, deve esta comunicar ao prestador de serviços, por escrito, os respectivos fundamentos, ficando o prestador de serviços obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova factura corrigida.

Artigo 10º

Sanções contratuais

1- Pelo incumprimento das obrigações emergentes do contrato, por causa imputável ao adjudicatário, o Município de Loulé pode exigir do adjudicatário o pagamento de uma pena pecuniária diária de 1% do preço contratual, cujo valor será deduzido nos pagamentos parciais a efectuar ao adjudicatário.



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

3- As penas pecuniárias previstas no presente artigo não obstam a que o Município de Loulé exija uma indemnização pelo dano excedente.

Artigo 11º

Força maior

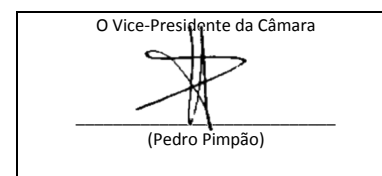
1- Não podem ser impostas penalidades ao adjudicatário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respectiva realização, alheias à vontade da parte afectada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2- Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, actos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3- Não constituem força maior, designadamente:

- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do fornecedor, na parte em que intervenham;
- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do fornecedor ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
- c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo fornecedor de deveres ou ónus que sobre ele recaíam;
- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo fornecedor de normas legais;
- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do fornecedor cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do fornecedor não devidas a sabotagem;
- g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4- A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

5- A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afectadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Artigo 12º

Resolução por parte da Entidade Adjudicante

1- Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, a Entidade Adjudicante pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o prestador de serviços violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente nos seguintes casos:

- a) Violação reiterada das obrigações estabelecidas no presente caderno de encargos;
- b) Incumprimento dos prazos estabelecidos no presente caderno de encargos.

2- O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao prestador de serviços e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pela Entidade Adjudicante.

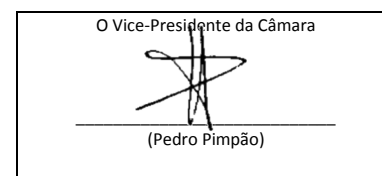
Artigo 13º

Resolução por parte do adjudicatário

1- Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o adjudicatário pode resolver o contrato quando:

- a) Qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de seis meses ou o montante em dívida exceda 25% do preço contratual, excluindo juros.

2- Nos casos previstos na alínea a) do n.º 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada à Entidade Adjudicante que produz efeitos 30 dias após a recepção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo.



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

3- A resolução do contrato nos termos do número anterior não determina a repetição das prestações já realizadas pelo fornecedor, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com excepção daquelas a que se refere o artigo 444.º do Código dos Contratos Públicos.

Artigo 14º

Execução da caução

1- A caução prestada para bom e pontual cumprimento das obrigações do contrato, caso haja sido exigida nos termos do Programa de Procedimento, pode ser executada pela Entidade Adjudicante sem necessidade de prévia decisão judicial ou arbitral para satisfação de quaisquer créditos resultantes de mora, cumprimento defeituoso ou incumprimento definitivo pelo prestador de serviços das obrigações contratuais ou legais, incluindo o pagamento de penalidades.

2- A resolução do contrato pela Entidade Adjudicante não impede a execução da caução, contanto que para isso haja motivo.

Artigo 15º

Subcontratação e cessão da posição contratual

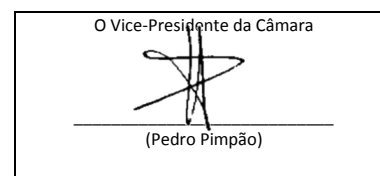
A subcontratação pelo prestador de serviços e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

Artigo 16º

Comunicações e notificações

1- Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.

2- Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

Artigo 17º

Preço base

O preço base do procedimento é de € 400.000,00 (quatrocentos mil euros), e corresponde ao preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objecto do concurso.

Artigo 18º

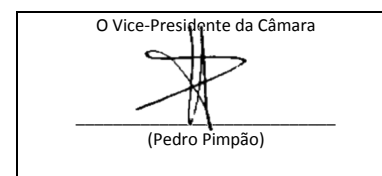
Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato, fica estipulado o foro dos tribunais com competência territorial no concelho de Loulé, com expressa renúncia a qualquer outro.

Artigo 19º

Legislação aplicável

O contrato é regulado pela legislação portuguesa.



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

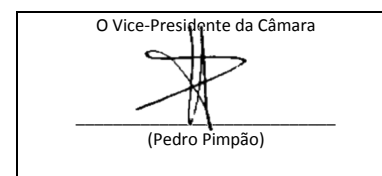
PARTE II- CLÁUSULAS TÉCNICAS

COMPOSIÇÃO DO PLANO DE SEGUROS

- I) Seguro de Acidentes de Trabalho;
- II) Seguro de Grupo de Acidentes Pessoais dos Trabalhadores - Programa de Contrato de Emprego e Inserção;
- III) Seguro Frota Automóvel;
- IV) Seguro de multirriscos patrimoniais;
- V) Seguro de Responsabilidade Civil – Serviço de Vigilância;
- VI) Seguro Frota – Bicicletas partilhadas;
- VII) Seguro de Grupo de Acidentes Pessoais dos Eleitos Locais;
- VIII) Seguro de Grupo de Acidentes Pessoais Bombeiros;
- IX) Seguro de Grupo de Acidentes Pessoais – Utentes de Instalações/Atividades Desportivas;
- X) Seguro de Responsabilidade Civil Geral da Autarquia;
- XI) Seguro de Acidentes Pessoais – Banco de Voluntariado;
- XII) Seguro de Acidentes Pessoais – Férias Para Todos XL.

CARACTERÍSTICAS E ESPECIFICIDADES DO PLANO DE SEGUROS

O Plano de Seguros colocado a concurso é composto por diversos ramos de seguros, todos “não vida”.



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

I- SEGURO DE ACIDENTES DE TRABALHO

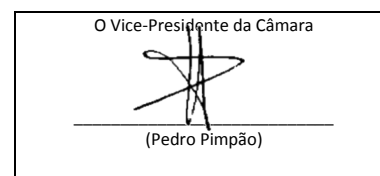
OBJECTO DO SEGURO

O seguro de acidentes de trabalho compreende a transferência da totalidade da responsabilidade do Município de Loulé para a Seguradora, em caso de acidentes de trabalho e das doenças profissionais do pessoal afeto à entidade adjudicante, independentemente do seu vínculo contratual, nos termos da legislação em vigor (Lei n.º 98/2009, de 4 de Setembro, do Decreto-Lei n.º 503/99, de 20 de Novembro, alterado pela Lei n.º 82-B/2014, de 31/12, pela Lei n.º 11/2014, de 06/03, pela Lei n.º 59/2008 de 11 de Setembro, pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro, Portaria n.º 128/2009, de 30 de Janeiro; Código do Procedimento Administrativo, demais legislação em vigor) e de acordo com as condições gerais da apólice uniforme.

Os diplomas mencionados reportam sempre à sua atual redação e à última versão vigente.

ÂMBITO DO SEGURO

- a) Ficam abrangidos por este contrato todos os trabalhadores, contratados por tempo indeterminado ou a termo, estagiários (Programa de Estágios Profissionais na Administração Local) e trabalhadores noutras situações que exigem seguro de acidentes de trabalho ao serviço do município, inscritos no Regime de Proteção Social Convergente (RPSC - Caixa Geral de Aposentações) e no Regime Geral de Segurança Social (RGSS);
- b) O Local de trabalho a segurar é todo o lugar em que o trabalhador se encontra ou deva dirigir-se em virtude do seu trabalho e em que esteja, direta ou indiretamente, sujeito ao controlo do tomador do seguro;
- c) O tempo de trabalho engloba todos os acidentes que possam ocorrer no local de trabalho e durante o período de laboração, o que preceder o seu início, em atos de preparação ou com ele relacionados, e o que se lhe seguir, em atos também com ele relacionados, e as interrupções normais ou forçadas de trabalho, e ainda no percurso de e para o local de trabalho;
- d) Em conformidade com o n.º 3 do artigo 45.º do Decreto-Lei n.º 503/99, 20 de Novembro, o Município de Loulé transfere a responsabilidade por acidentes de trabalho prevista naquele diploma para o adjudicatário;
- e) A apólice deve garantir as prestações e despesas previstas no Decreto-Lei n.º 503/99, 20 de Novembro, sendo nulas as cláusulas adicionais que impliquem a redução de quaisquer direitos e regalias previstas neste diploma ou restante legislação em vigor sobre a matéria;



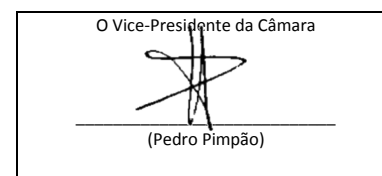
CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

- f) Para o efeito o tomador do seguro, obriga-se a remeter ao adjudicatário, até ao dia 15 de cada mês, a relação de proventos salariais;
- g) O seguro será celebrado na modalidade de prémio variável;
- h) O pagamento do prémio será trimestral, sem encargos de fracionamento, de acordo com a opção da entidade adjudicante, com indicação das datas de vencimento e respetivos valores, enviando-se ao tomador do seguro um aviso de pagamento com uma antecedência mínima de 30 dias em relação à data em que se vence a fração;
- i) No final de cada ano civil será sempre efetuado o acerto entre o prémio provisório e o prémio definitivo, em função dos salários efetivamente pagos;
- j) O período do seguro é anual.
- k) A seguradora deve proceder à emissão, no prazo máximo de 48 horas, de declaração de cobertura referente a trabalhador ou equiparado, sempre que solicitado pelo tomador do seguro.

COBERTURAS E GARANTIAS

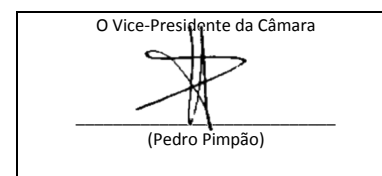
Constituição de uma Apólice única para subscritores da Caixa Geral de Aposentações e beneficiários do Regime Geral da Segurança Social garantindo:

- a) A cobertura nos termos e âmbito da Lei nº 98/2009, de 4 de Setembro e do Decreto-Lei n.º 503/99, de 20 de Novembro, estabelecendo o regime jurídico dos acidentes de trabalho ocorridos ao serviço de entidades empregadoras públicas;
- b) Que as indemnizações por incapacidade temporária, absoluta ou parcial, são definidas em função do salário ílíquido, englobando as remunerações, de carácter permanente ou acessório, incluídas na massa salarial segura, sendo devidas a partir do primeiro dia de ausência, e considerando 100% do salário ílíquido do sinistrado;
- c) A cobertura dos acidentes de trabalho que ocorram em Portugal e, automaticamente os riscos de deslocação e de exercício da atividade profissional ao e no estrangeiro, incluindo ações de formação profissional, por períodos até 30 dias, sem necessidade de comunicação e sem qualquer agravamento tarifário;



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

- d) Que em caso de acidente ocorrido em território estrangeiro, as despesas aí efetuadas relativas à assistência médica, medicamentosa ou hospitalar, bem como os encargos referentes a transportes ou repatriamento ficarão a cargo da Seguradora;
- e) Que o adjudicatário assumirá eventuais pedidos de reembolsos efetuados pela Caixa Geral de Aposentações (C.G.A.) ao Município de Loulé (no âmbito do artigo 43.º do Decreto-Lei 503/99, de 20 de Novembro), correspondentes a responsabilidades com eventuais pensões ou subsídios pagos pela C.G.A. ao abrigo do disposto nos artigos 34.º, 35.º, 36.º e 37.º do Decreto-Lei n.º 503/99, de 20 de Novembro;
- f) O direito à reparação a lesão ou doença que se manifeste durante o tratamento de lesão ou doença resultante de um acidente de trabalho ou doença profissional e que seja consequência de tal tratamento;
- g) Que os trabalhadores têm direito à reparação, em espécie e em dinheiro, dos danos resultantes de acidentes de trabalho e de doenças profissionais, nos termos do disposto no artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 503/99, de 20 de Novembro;
- h) O pagamento dos períodos de Incapacidade Temporária;
- i) O pagamento dos períodos de Incapacidade permanente parcial e absoluta;
- j) Deverá ser disponibilizada uma Linha Acidentes de Trabalho de apoio permanente.
- k) O segurador compromete-se a celebrar acordos com pelo menos 2 clínicas/consultórios, sediadas no concelho de Loulé, para assistir sinistrados de Acidentes de Trabalho, que ficam obrigados a registar a situação clínica do sinistrado, até à alta, no boletim de acompanhamento médico aprovado pelo art.º 51.º do Decreto-Lei n.º 503/99, de 20 de novembro, a fornecer pelo Município de Loulé.
- l) O segurador compromete-se a celebrar acordos com pelo menos 2 farmácias sediadas no concelho de Loulé, por forma a isentar os sinistrados de Acidentes de Trabalho, do pagamento das despesas com prescrições médicas, consequência de tais acidentes, sendo as referidas despesas cobradas diretamente pelas farmácias, ao segurador.



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

m) Relativamente às pensões e subsídios fixados pela Caixa Geral de Aposentações e sobre os quais esta Caixa tenha direito de reembolso sobre o Município de Loulé, conforme artigo 43.º do Decreto-Lei 503/99, de 20 novembro, o segurador diligenciará junto da referida Caixa, no sentido de conseguir estabelecer com esta um acordo que permita o reembolso direto entre a CGA e o segurador.

n) Estas condições prevalecem sobre as Condições Gerais do Ramo no que contrariar as disposições do Decreto-Lei n.º 503/99 de 20 de Novembro.

ESTIMATIVA DE CAPITAL SEGURO

O montante do capital a segurar é composto pelo salário ilíquido sem encargos, que inclui todas as prestações que revistam carácter de regularidade (por ex. subsídio de férias, natal, turno, noturno, despesas de representação, alimentação), de todos os trabalhadores. Dos quadros 1 e 2 que se seguem constam os dados efetivos referentes ao ano de 2018 e 2019.

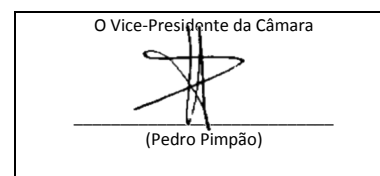
Quadro 1

Pessoas Seguras	Nº Pessoas em 20/02/2019	Valor global de salários pagos ano 2019 (previsão 12 meses)
Pessoal Subscritor do Regime de Protecção Social Convergente (RPSC - Caixa Geral de Aposentações)	821	
Pessoal Subscritor do Regime Geral de Segurança Social (RGSS)	872	
Total do Pessoal (RPSC + RGSS)	1693	€ 21.100.000,00

PAGAMENTO DE INCAPACIDADES TEMPORÁRIAS E DESPESAS MÉDICAS

a) As indemnizações por Incapacidade Temporária (I.T.) serão pagas diretamente ao tomador de seguro (Município de Loulé), figurando este como entidade recebedora, uma vez que assegura o pagamento do salário quando os trabalhadores se encontram temporariamente incapacitados para o seu trabalho.

b) A Seguradora fica obrigada a pagar até ao dia 15 do mês seguinte as indemnizações por incapacidades temporárias do mês anterior e a remeter na mesma data documento do qual conste o valor das indemnizações por incapacidades temporárias pagas, acompanhado de um mapa justificativo dos valores parciais, nome do sinistrado, períodos de incapacidade e data do sinistro.



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

c) A Seguradora assumirá o pagamento das indemnizações por incapacidades temporárias desde o dia imediatamente a seguir ao do acidente/ a partir do primeiro dia de ausência e considerando 100% do salário ílíquido do sinistrado.

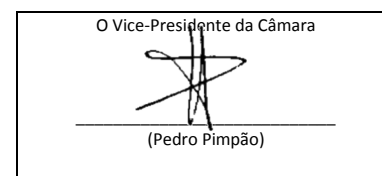
d) As despesas médicas ou outras despesas eventualmente suportadas pelo sinistrado deverão ser enviadas e liquidadas diretamente aos respetivos lesados.

MEDIDAS DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES DE TRABALHO

Na orgânica da Câmara Municipal de Loulé, através do Gabinete de Segurança e Saúde no Trabalho, é assegurada a criação das condições e os instrumentos necessários à aplicação dos princípios de higiene e segurança no trabalho.

Ao Gabinete de Segurança e Saúde no Trabalho compete promover ações no âmbito da higiene e segurança no trabalho de acordo com a legislação em vigor, zelando pelo seu cumprimento e proceder à inspeção dos locais de trabalho para observação do ambiente e seus efeitos na saúde, identificando e avaliando eventuais riscos.

O Balanço Social de 2017 consta como Anexo ao presente caderno de encargos.



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

II- SEGURO DE GRUPO DE ACIDENTES PESSOAIS - PROGRAMA CONTRATO EMPREGO INSERÇÃO

Pretende-se uma apólice aberta que cubra os Acidentes Pessoais de Trabalhadores ao abrigo do Programa de Contrato de Emprego e Inserção, conforme exigido pela Portaria n.º 128/2009, de 30 de Janeiro. As atividades são propostas após um diagnóstico de necessidades efetuado pelas diversas Unidades Orgânicas da Câmara Municipal de Loulé, pelo que não é possível prever as atividades desenvolvidas pelos colaboradores.

O Município de Loulé enviará à Seguradora a identificação do trabalhador, atividade a realizar, a data do início e do termo de funções.

O seguro será celebrado na modalidade de prémio variável.

O pagamento do prémio será semestral, sem encargos de fracionamento, de acordo com a opção da entidade adjudicante, devendo ser enviado ao Município de Loulé um aviso de pagamento com uma antecedência mínima de 30 dias em relação à data em que se vence a fração.

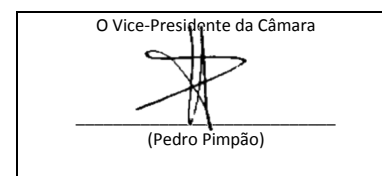
No final de cada ano civil será sempre efetuado o acerto entre o prémio provisório e o prémio definitivo, em função dos trabalhadores que efetivamente exerceram funções durante esse ano; no caso de o trabalhador não permanecer pela totalidade do período inicialmente previsto, deve ser feito o correspondente acerto.

O período do seguro é anual.

Pretende-se um Seguro de Acidentes Pessoais sem franquias.

A proposta a apresentar deverá considerar que os trabalhadores por ser recrutados para um dos seguintes períodos:

- até 30 dias;
- de 31 a 90 dias;
- de 91 a 180 dias;
- de 181 a 270 dias;
- de 270 a 365 dias.



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

A previsão anual é de uma média de 170 contratados, na sua maioria para atividades correspondentes à carreira de assistente operacional.

A proposta deve indicar preços por pessoa, para os períodos anteriormente indicados.

COBERTURAS / CAPITAIS:

Pretende-se as seguintes coberturas/capitais:

Quadro 2

Coberturas	Capitais
Morte ou Invalidez Permanente	75.000,00 €
Despesas de Tratamento e Repatriamento	15.000,00 €
Incapacidade Temporária – Subsídio diário	20,00 €

III- SEGURO FROTA AUTOMÓVEL

OBJECTO E ÂMBITO DO SEGURO

Pretende-se uma apólice única para todos os veículos automóveis incluídos na frota automóvel do Município de Loulé.

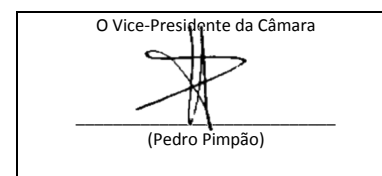
Encontra-se instituída no Decreto-Lei n.º 291/2007, de 21 de Agosto a obrigatoriedade de celebração de um contrato de seguro de responsabilidade civil automóvel para a frota automóvel.

CAPITAIS E COBERTURAS

Os veículos a segurar estão identificados no Anexo B1 - “Frota Automóvel” e no Anexo B2 - “Frota Automóvel Bombeiros”, no presente caderno de encargos, com as respectivas características, coberturas pretendidas e capitais a garantir.

O seguro automóvel abrange, em caso de sinistro, os danos materiais e corporais provocados a terceiro, bem como os danos materiais e corporais próprios de acordo com as coberturas contratadas, com os veículos do Município.

Devem ficar garantidos os sinistros ocorridos entre viaturas do Tomador de Seguro, desde que as mesmas se encontrem em circulação, não podendo a franquia ser superior a 2% para a cobertura de danos próprios.



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

Os veículos de passageiros (ligeiros ou pesados) podem ser conduzidos por motoristas legalmente habilitados que não possuam vínculo laboral com o Município mas que façam parte de uma “bolsa de motoristas”, acreditados por este desde que reúnam os requisitos exigidos.

Quadro 3
Quadro Resumo de coberturas, capitais e franquias

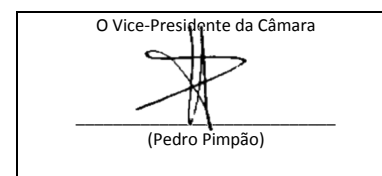
Coberturas	Capital	Franquia
Responsabilidade Civil	6.000.000,00 € ou 50.000.000,00 €	Sem franquia
Assistência em viagem		Sem franquia ("0" Km)
Protecção Jurídica		Sem franquia
Ocupantes de Viaturas para todos os veículos ligeiros e autocarros de transporte de crianças (condutor e ocupantes)	Morte ou invalidez permanente: 50.000,00 €; Despesas de tratamento: 5.000,00 €	Sem franquia
Quebra isolada de vidros	* de acordo com o indicado nos respectivos anexos	Sem franquia
Choque, Colisão e Capotamento		2%
Furto ou Roubo		Sem franquia
Incêndio, Raio e Explosão		2%
Fenómenos da Natureza		2%
Actos de vandalismo		2%
Veículo de substituição	* de acordo com o indicado nos respectivos anexos, e mesmo em caso de imobilização da viatura por motivo de avaria ("privação de uso")	Sem franquia

Responsabilidade Civil Obrigatória: O capital mínimo obrigatoriamente seguro de responsabilidade civil é de 6.000.000,00€, dividido em 5.000.000,00 € por acidente para os danos corporais e 1.000.000,00 € por acidente para os danos materiais de acordo com o artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 291/2007, de 21 de Agosto, que garante ao tomador do seguro a reparação de danos corporais ou materiais causados a terceiros.

Estes valores deverão ser actualizados em conformidade com as alterações legislativas que venham a ocorrer.

Para os casos indicados nos anexos **B1** – “Frota Automóvel” e **B2** - “Frota Automóvel Bombeiros”, pretende-se o aumento do capital de responsabilidade civil para 50.000.000,00€ (artigo 9º da Lei nº 13/2006 de 17 de Abril – Transporte Colectivo de Crianças).

Coberturas Opcionais pretendidas para todos os veículos indicados no Anexo B1 - “Frota Automóvel” e no Anexo B2 - “Frota Automóvel Bombeiros”):



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

- **Assistência em viagem:** Inclui assistência, em caso de avaria ou acidente, garante o transporte do veículo, ocupantes e bagagens.

- **Protecção Jurídica:** Garante assistência jurídica, para defender ou fazer valer os seus direitos, em processos judiciais empreendidos por si ou contra si, em consequência de acidente de viação.

Coberturas Adicionais - Danos Próprios:

- **Quebra Isolada de Vidros:** Garante os danos até aos capitais indicados por veículo, causados, por causa não compreendida, em virtude de quebra isolada dos vidros, pára-brisas, óculo traseiro e vidros laterais.

- **Choque, Colisão e Capotamento:** Garante os danos sofridos pelo veículo seguro, em consequência de embate contra corpo fixo (choque), em movimento (colisão), ou quando o veículo perca a sua posição normal e não resulte de choque ou colisão (capotamento).

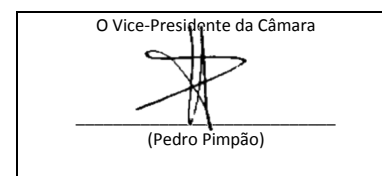
- **Furto ou Roubo:** Inclui os danos derivados do desaparecimento, destruição ou deterioração do veículo, por motivo de furto ou roubo.

- **Incêndio, Raio e Explosão:** Garante os danos no veículo em consequência de incêndio casual, queda de raio ou explosão, quer o veículo se encontre em marcha ou parado, recolhido em garagem ou em qualquer outro local.

- **Fenómenos da Natureza:** Garante os danos no veículo em consequência de tufões, ciclones, tornados, erupções vulcânicas, trombas de água, chuvas torrenciais, enxurradas, aluimento de terras, tremores de terra, queda isolada de árvores, etc., quer o veículo se encontre em marcha ou parado, recolhido em garagem ou em qualquer outro local.

- **Actos de vandalismo:** Garante os danos no veículo causados por actos de vandalismo, incluindo a destruição total ou parcial do veículo, quer o veículo se encontre em marcha ou parado, recolhido em garagem ou em qualquer outro local.

- **Veículo de substituição:** Garante a substituição do veículo em caso da privação forçada do uso do veículo seguro em consequência de sinistro abrangido pela cobertura de Responsabilidade Civil ou por



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

qualquer uma das Coberturas adicionais contratadas. Pretende-se ainda esta cobertura em caso de avaria e/ou manutenção do veículo seguro. A privação de uso conta-se:

- a) Em caso de danos ou avaria que não determinem impossibilidade de circulação, a partir do dia do início da reparação e termina com a reparação efectiva;
- b) Em caso de danos que determinem a impossibilidade imediata de circulação a partir do dia da participação do sinistro e termina na data da reparação efectiva ou no 2.º dia útil posterior ao da comunicação ao Tomador de Seguro da perda total;
- c) Em caso de desaparecimento do veículo seguro por furto ou roubo, a partir do dia da participação do sinistro, efectuada após a participação da ocorrência à autoridade competente, e termina com a localização do veículo seguro.
- d) Em caso de avaria que determine a impossibilidade imediata de circulação, a partir do dia de imobilização e termina com a reparação efectiva.
- e) Em caso de manutenção, a partir do dia de início da manutenção e termina com a conclusão da manutenção.

Para os veículos para os quais se pretende esta cobertura, os concorrentes devem considerar, na sua proposta de preço, que a privação de uso estará limitada ao máximo de 30 dias ano/veículo, independentemente da causa que esteve na origem da privação de uso.

- **Acidentes Pessoais (todos os ocupantes)**, em consequência de acidente de viação com o veículo seguro, ficarão garantidas as seguintes indemnizações:

Quadro 4

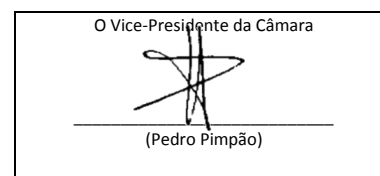
Cobertura	Capital
Morte ou Invalidez Permanente	15.000,00 €
Despesas de tratamento/Repatriamento	1.500,00 €
Despesas de Funeral	1.500,00 €

REGULARIZAÇÃO DE SINISTROS

Para a regularização dos sinistros aplicar-se-á as regras e os procedimentos dispostos na legislação em vigor.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

- a) O período do seguro é anual.
- b) O pagamento do prémio será semestral sem encargos de fraccionamento.



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

IV – SEGURO DE MULTIRRISCOS PATRIMONIAIS

OBJECTO E ÂMBITO DO SEGURO

Pretende-se um seguro para os bens propriedade do Município.

Constam em anexo as listas de bens móveis e imóveis a contemplar nesta apólice.

Ficam incluídos na definição acima todos os bens desde que se tratem de utensílios, máquinas, material de exposição e equipamento fixo ou móvel/portátil em deslocação, em qualquer local;

Ficam ainda cobertos por esta apólice os bens de terceiros sob custódia, cuidado ou controle do Município, incluindo objectos e/ou bens de carácter artístico para exposição, venda ou consignação, desde que o Município informe previamente os bens e respectivos valores e o local onde se encontram.

CAPITAIS E COBERTURAS

Os valores de capital a segurar de todos os bens, tanto móveis como imóveis, estão identificados no são os que constam nos quadros 5 e 6. Do Anexo C1 consta a relação dos Bens Imóveis do Município.

O tomador do seguro compromete-se a actualizar os valores seguros (do imóvel e conteúdo) no início de cada anuidade, se tal se justificar.

Em caso de sinistro com os bens (conteúdos ou equipamentos) seguros por esta apólice, a base sobre a qual se calculará o montante indemnizável será o valor em novo, no dia imediatamente anterior ao sinistro, de bens da mesma qualidade ou tipo, não podendo o valor ser superior ao capital seguro.

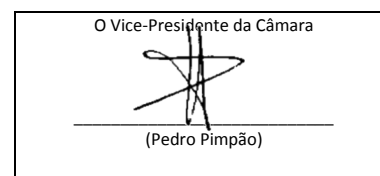
Capitais:

Quadro 5

Edifícios e Benfeitorias	Valor Patrimonial Actual
Total de Edifícios e Benfeitorias	100.432.389,00 €

Quadro 6

Conteúdos	Valor de aquisição
Total de Conteúdos	25.159.446,17 €



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

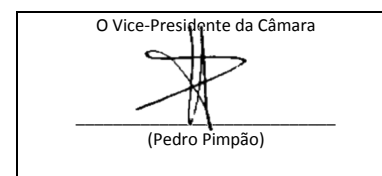
RISCOS COBERTOS

1. Incêndio, Queda de Raio e Explosão;
2. Tempestades;
3. Inundações, incluindo os danos em muros, vedações e portões;
4. Fenómenos Sísmicos;
5. Furto ou Roubo, incluindo roubo de dinheiro em cofre ou caixa, e transporte de valores;
6. Limpeza, demolição e remoção de escombros;
7. Aluimento de terras;
8. Queda de aeronaves;
9. Choque ou impacto de veículos terrestres ou animais;
10. Choque ou impacto de objectos sólidos;
11. Derrame accidental de óleo;
12. Quebra ou queda de vidros, reclamos, espelhos fixos, pedras de mármore e loiças sanitárias;
13. Quebra ou queda de painéis solares;
14. Quebra ou queda de antenas;
15. Privação temporária do uso local arrendado ou ocupado;
16. Responsabilidade civil exploração;
17. Derrame de sistemas hidráulicos de instalações de protecção contra incêndio;
18. Desenhos e documentos;
19. Danos em bens de senhorio;
20. Danos por água, incluindo roturas, entupimentos e remoção de lodo;
21. Greves, tumultos e alterações da ordem pública;
22. Actos Terrorismo, vandalismo, maliciosos ou de sabotagem;
23. Riscos Eléctricos;
24. Danos em bens transportados;
25. Equipamento electrónico, incluindo a cobertura de transporte;
26. Avaria de máquinas;
27. Honorários de peritos;
28. Perda de Rendas;
29. Incêndio de veículos em parque;
30. Bens de terceiros;
31. Danos em bens de empregados.

EXPOSIÇÕES TEMPORÁRIAS

Relativamente à realização de Exposições Temporárias da responsabilidade do tomador do seguro, nas suas instalações ou outras, aplicam-se as seguintes condições:

- a) A apólice “aberta” cobre quaisquer danos provenientes de causa externa aos objectos seguros, excluindo-se apenas os danos de causa interna, nomeadamente o vício próprio;
- b) Fica expressamente acordado que o objecto seguro é constituído por objectos do Município ou de terceiros, temporariamente confiados ao seu cuidado, controle ou custódia;
- c) O tomador do seguro facultará ao adjudicatário a relação das obras/bens objecto da exposição, onde será indicado o respectivo valor unitário;
- d) O capital seguro em caso de sinistro corresponderá ao valor indicado na referida relação.



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

ANTIGUIDADES, COLECÇÕES E INSTRUMENTOS SÉRIES

- a) A utilização ou desaparecimento de qualquer peça, elemento ou objecto que faça parte de um determinado serviço, conjunto colecção, série, etc., será indemnizável na base do valor peça, sem que possa ser tomada em conta a eventual desvalorização que a falta da mesma possa ocasionar ao serviço, conjunto, colecção série, etc., de que faça parte.
- b) Em caso de sinistro causado por um risco coberto o adjudicatário poderá liquidar as despesas de restauro e/ou reparação, excepto se a desvalorização por parte da qualidade atribuível à mercadoria segura for reconhecida, caso em que se aplicarão as disposições a seguir mencionadas:
- b1) Em caso de se verificar a impossibilidade ou desvantagem económica do restauro e/ou reparação, o adjudicatário obriga-se a indemnizar o tomador do seguro, tendo em conta o valor de mercado dos objectos sinistrados;
- b2) Em caso de divergência quanto à atribuição daquele valor, o adjudicatário e o tomador do seguro nomearão, cada um, um perito avaliador que concluirá pelo valor a indemnizar.

DANOS OCORRIDOS EM TRANSPORTES TERRESTRES

Ficam garantidos os danos ocorridos em transporte terrestre no território nacional, de equipamentos, máquinas, materiais de uso e outros bens, propriedade do tomador do seguro ou de terceiros, em consequência de acidentes com o veículo transportador, incêndio, raio ou explosão, furto e/ou roubo, incluindo as operações de carga e descarga.

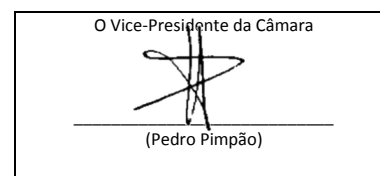
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

O concorrente deverá indicar as coberturas dadas em “1.º risco”;
Franquia de 10% no mínimo de € 250,00.

OUTRAS CONDIÇÕES

Para reclamações de prejuízos até 1.000,00 €, antes de aplicação da franquia contratual, a seguradora prescinde do processo de peritagem e aceita processar as indemnizações com base na apresentação de um dos seguintes documentos:

- Cópia do orçamento de reparação, em caso de perda parcial;
- Em caso de perda total, cópia do recibo de aquisição do bem à data da compra ou cópia do recibo de substituição ou fatura pró-forma ou cópia da ficha de imobilizado, onde conste a descrição e o valor do bem.



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

Para reclamações de prejuízos superiores a 1.000,00 € e sempre que o Município tome a iniciativa de o solicitar, por dificuldade em obter os documentos necessários à quantificação das perdas, a seguradora compromete-se a efectuar todas as diligências necessárias à apresentação de uma proposta de indemnização devidamente fundamentada.

V – SEGURO DE RESPONSABILIDADE CIVIL – SERVIÇO DE VIGILÂNCIA

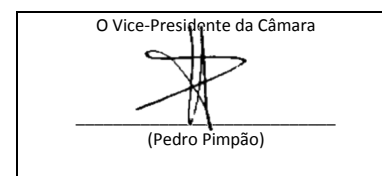
OBJECTO E ÂMBITO DO SEGURO

A Câmara Municipal de Loulé é titular da Licença de Autoproteção nº 95ª – Município de Loulé, pelo que é necessário um Seguro de responsabilidade civil para o exercício da atividade de segurança privada, nos termos da alínea d), n.º 2, artigo 48.º, da Lei n.º 34/2013, de 16 de maio e da Portaria N.º552/2014, de 09 de Julho.

Os capitais estão definidos na lei.

A Câmara Municipal de Loulé possui 40 funcionários da divisão que estão agregados à Licença de Autoproteção nº 95ª – Município de Loulé.

O período do seguro é anual.



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

VI – SEGURO FROTA BICICLETAS PARTILHADAS

Pretende-se um seguro frota para as bicicletas partilhadas (sem motor), propriedade do município de Loulé.

Atualmente o município já adquiriu 94 bicicletas, podendo este número vir a aumentar no decurso do contrato, divididas entre as seguintes instalações:

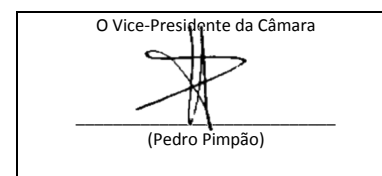
Números 1 a 6 – Câmara Municipal de Loulé – 6 unidades
 Números 10 a 19 – EB23 Padre Cabanita – 10 unidades
 Números 20 a 29 – EB23 Duarte Pacheco – 10 unidades
 Números 30 a 39 – Escola Secundária Loulé – 10 unidades
 Números 40 a 49 – Sec. Laura Aires – 10 unidades
 Números 50 a 59 – EB 2-3 S. Pedro do Mar – 10 unidades
 Números 60 a 69 – EB2-3 Almancil – 10 unidades
 Números 70 a 77 – Escola Profissional Alte – 8 unidades
 Números 80 a 89 – EBI Salir – 10 unidades
 Números 90 a 99 – EBI Boliqueime – 10 unidades

Total – 94 unidades

Quadro 7

Coberturas	Capitais
Responsabilidade civil obrigatória	6.000.000,00 €
Proteção de ocupantes - morte ou invalidez permanente	5.000,00 €
Incapacidade temporária absoluta – internamento hospitalar	2,50 €
Despesas de funeral	250,00 €
Despesas de tratamento	500,00 €

Neste seguro não haverá lugar à aplicação de qualquer franquia.



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

VII -SEGURO DE GRUPO DE ACIDENTES PESSOAIS DOS ELEITOS LOCAIS

OBJECTO E ÂMBITO DO SEGURO

Deve garantir os acidentes corporais sofridos pelos autarcas, eleitos locais, quando se encontrem ao serviço da autarquia, em qualquer parte do mundo, conforme previsto no n.º 1 do artigo 17.º da Lei n.º 29/87, de 30 de Junho, que define o Estatuto dos Eleitos Locais.

Os membros dos órgãos autárquicos têm direito a um seguro de acidentes pessoais de valor fixado mediante deliberação do respetivo órgão, sendo que para os vereadores em regime de permanência, o capital a segurar não pode ser inferior a 50 vezes a respetiva remuneração mensal.

Para efeito deste seguro são consideradas as seguintes Pessoas Seguras:

- a) Presidente;
- b) Vereadores a tempo inteiro ou regime de permanência;
- c) Vereadores em regime de meio tempo (caso existam);
- d) Vereadores sem pelouro atribuído;
- d) Membros da Assembleia Municipal.

CAPITAIS E COBERTURAS

São considerados os capitais mencionadas no **Quadro 8**, que se segue:

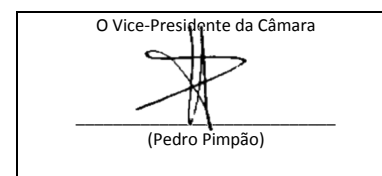
Quadro 8

Pessoas Seguras – Eleitos Locais	N.º Pessoas	Valor ilíquido do salário mensal / valor senha presença
Presidente*	1	3.625,20€
Vereadores em Regime de Permanência	4	2.900,16€
Vereadores em Regime de meio tempo	0	
Vereadores sem pelouro atribuído**	4	76,32€
Membros da Assembleia Municipal***	36	Presidente A.M. 114,48€ Secretários: 95,40€ Restantes: 76,32€
Total	47	

* É considerado vereador em regime de permanência; todavia é identificado de forma distinta uma vez que a remuneração auferida é diferente.

** Os Vereadores sem pelouro atribuído auferem de senhas de presença e participam em reuniões de câmara que são objeto de convocatória.

*** Os Membros da Assembleia Municipal auferem de senhas de presença e participam em reuniões da Assembleia Municipal que são objeto de convocatória.



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

Os membros da Assembleia Municipal participam anualmente em 5 sessões ordinárias, podendo existir sessões extraordinárias de acordo com o artigo 27.º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro.

As reuniões de câmara ordinárias, de acordo com Regimento da Câmara Municipal de Loulé, realizam-se quinzenalmente.

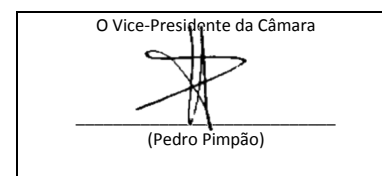
Devem ser consideradas as coberturas mencionadas no **Quadro 9**, que se segue:

Quadro 9

Pessoas Seguras	Morte ou Invalidez Permanente	Incapacidade Temporária	Despesas de Tratamento e Repatriamento	Despesas de Funeral
Presidente	190.800,00 €	75,00 €	20.000,00 €	5.000,00 €
Vereadores em Regime de Permanência	152.640,00 €	75,00 €	20.000,00 €	5.000,00 €
Vereadores sem pelouro atribuído	76.320,00 €	75,00 €	20.000,00 €	5.000,00 €
Membros da Assembleia Municipal	38.160,00 €	75,00 €	20.000,00 €	5.000,00 €

RISCOS A SEGUIR

- Eleitos locais em regime de permanência (Presidente e Vereadores a tempo inteiro) – Risco Profissional.
- Eleitos locais em regime de meio tempo – Risco Profissional. O Município de Loulé não tem Vereadores a meio tempo no mandato corrente.
- Restantes membros dos órgãos autárquicos: Vereadores sem pelouro atribuído e Membros da Assembleia Municipal – Risco Profissional (quando no exercício das funções ou em representações autárquicas).
- Devem ser garantidos adicionalmente os seguintes riscos:
 - Resultantes de cataclismo da natureza, tais como ventos ciclónicos, terremotos, maremotos e outros fenómenos análogos nos seus efeitos e ainda acção do raio;
 - Consequentes de greves, distúrbios laborais, alteração de ordem pública, actos de terrorismo e sabotagem;
 - Resultantes da utilização pelo Tomador do seguro/Pessoa Segura, durante as deslocações, de meios normais de transporte, incluindo veículos motorizados de duas rodas e aeronaves comerciais e particulares.



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

OUTRAS CONDIÇÕES

Considerando que estamos na presença de um seguro com nomes e que por vezes as pessoas indicadas são substituídas temporariamente por outras no desempenho das suas funções, o adjudicatário assumirá a cobertura de tais substituições temporárias, sem exigir a prévia comunicação das mesmas por parte do Município de Loulé, desde que o número de pessoas seguras não se altere.

Neste seguro não haverá lugar à aplicação de qualquer franquia.

VIII - SEGURO DE GRUPO DE ACIDENTES PESSOAIS BOMBEIROS

OBJECTO E ÂMBITO DO SEGURO

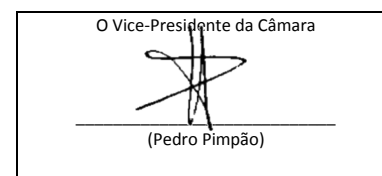
O Seguro de Acidentes Pessoais dos Bombeiros corresponde à concretização do direito estabelecido no Regime Jurídico dos Bombeiros Portugueses que estabelece a cobertura de acidentes ocorridos no exercício da sua missão, em qualquer parte do mundo, de acordo com o Decreto-Lei n.º 241/2007 de 21 de Junho, republicado pelo Decreto-Lei n.º 249/2012 de 21 de Novembro, Retificação n.º 4-A/2013, de 18 de Janeiro e alterado pela Lei n.º 38/2017, de 02 de Junho.

Para efeito deste seguro é considerada como pessoa segura, o Bombeiro conforme definido na alínea a) do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 241/2007 de 21 de Junho, republicado pelo Decreto-Lei n.º 249/2012 de 21 de Novembro, Retificação n.º 4-A/2013, de 18 de Janeiro e alterado pela Lei n.º 38/2017, de 02 de Junho, pertencente a Corpos de Bombeiros Profissionais ou Mistos nos termos do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 247/2007, de 27 de Junho.

Os bombeiros voluntários que estão no Quadro Ativo, Reserva e Honra, bem como os Sem Quadro (Estagiários, Infantes e Cadetes), deverão estar abrangidos pelo seguro a contratar. Para os bombeiros incluídos no Quadro de Honra não existe limite de idade.

CAPITAIS E COBERTURAS

a) Ficam cobertos os acidentes ocorridos em território nacional e no estrangeiro, quando no exercício exclusivo das suas missões, ou por causa delas, incluindo ações de formação ou de instrução, bem como os acidentes ocorridos durante o percurso direto para o local de apresentação ao serviço ou do regresso deste, qualquer que seja o meio de transporte utilizado;



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

b) Ficam cobertos os acidentes que resultem em lesões corporais em consequência da prática de atividades desportivas no âmbito da cooperação ou intercooperações;

c) Os montantes de capital a segurar para o ano de 2019, por pessoa, sinistro e anuidade, são os constantes no quadro 10:

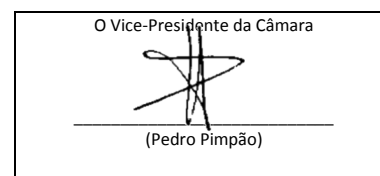
Quadro 10

Coberturas garantidas	Capitais seguros
Morte por acidente	145.000,00 €
Na morte da pessoa segura, os filhos menores receberão:	5.000,00 €
Invalidez permanente por acidente	145.000,00 €
Despesas de tratamento por acidentes	58.000,00 €
Subsídio diário por incapacidade temporária por acidente	87,00 €
Subsídio mensal aquando da incapacidade temporária para despesas de primeira necessidade	50,00 €
Morte simultânea da pessoa segura e cônjuge	15.000,00 €
Despesas de funeral	2.500,00 €
Despesas com operações de salvamento, busca, transporte sinistrado	1.000,00 €
Paraplegia	250,00 €
Tetraplegia	500,00 €
Indemnização por queimadura	Até 5.000,00 €
Cicatriz facial ou desfiguração	Até 5.000,00 €

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

a) Nos casos em que a incapacidade temporária absoluta e total afete o segurado que seja estudante ou desempregado, o subsídio diário é calculado em função da remuneração mínima mensal garantida mais elevada;

b) O adjudicatário compromete-se a atualizar automaticamente os capitais seguros acima indicados sempre que essa atualização seja determinada por alteração legislativa ou pela alteração da remuneração mínima mensal garantida;



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

- c) Considera-se como data efetiva de inclusão/exclusão de pessoas seguras na apólice a data de admissão/saída na corporação independentemente de qualquer desfasamento temporal entre a admissão/saída da corporação e a comunicação destes factos ao adjudicatário;
- d) O número e a composição dos Corpos de Bombeiros Profissionais ou Mistos do Município de Loulé poderão ser alterados durante a vigência do contrato;
- e) Pretende-se uma apólice aberta com nome;
- f) Da listagem atual constam 162 bombeiros distribuídos da seguinte forma:

Quadro de Comando	2
Quadro Ativo	95
Quadro de Reserva	28
Quadro de Honra	16
Sem Quadro (Estagiários)	21

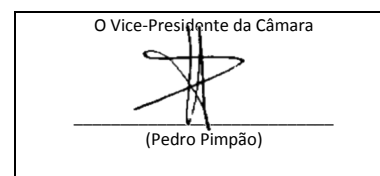
*Esta listagem será atualizada sempre que se verificarem alterações na sua composição.

- g) Neste seguro não haverá lugar à aplicação de qualquer franquia.

CONDIÇÕES ESPECIAIS

Derrogando o que em contrário se encontrar exarado nas condições gerais, este seguro deverá garantir as consequências de sinistros que se traduzam em:

- a) Roturas e/ou distensões musculares, de ligamentos, articulações e/ou tendões;
- b) Implantação, reparação ou substituição de próteses e/ou ortóteses;
- c) Lesões corporais em consequência da prática de atividades desportivas no âmbito da cooperação ou intercooperações;
- d) Inclusão de pessoas sem limite de idade.



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

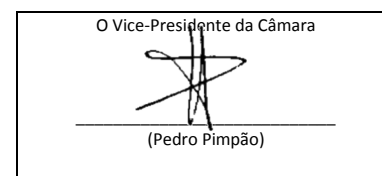
IX - SEGURO DE GRUPO DE ACIDENTES PESSOAIS – UTENTES DE INSTALAÇÕES/ATIVIDADES DESPORTIVAS

Os agentes desportivos, os praticantes de atividades desportivas em infraestruturas desportivas abertas ao público e os participantes em provas ou manifestações desportivas devem, obrigatoriamente, beneficiar de um contrato de seguro desportivo (nº 1 do artigo 2º do Decreto-Lei nº 10/2009, de 12 de Janeiro).

A responsabilidade pela celebração do contrato de seguro desportivo cabe às Federações Desportivas, às Entidades que explorem infraestruturas desportivas abertas ao público e às entidades que organizem provas ou manifestações desportivas (nº 2 do artigo 2º do Decreto-Lei nº 10/2009, de 12 de Janeiro).

O Município de Loulé explora diretamente as seguintes infraestruturas desportivas abertas ao público:

Piscinas Municipais de Loulé (cobertas e descobertas)
 Piscinas Municipais de Quarteira (cobertas)
 Estádio Municipal de Loulé (campo de futebol e pista de ciclismo)
 Estádio Municipal de Quarteira (campo de futebol e pista de atletismo)
 Campo nº 2 de Loulé (campo de futebol)
 Campo nº2 de Quarteira (campo de futebol)
 Campo João Adelino Gonçalves (campo de rãguebi e futebol)
 Estádio Municipal de Almancil (futebol)
 Campo de futebol de 7 de Almancil (futebol)
 Polidesportivo de Almancil (futsal)
 Campo Joaquim António Teixeira em Salir (futebol, basebol e Futebol Americano)
 Campo de futebol de Vale do Lobo (futebol)
 Complexo de Ténis de Loulé
 Complexo de Ténis de Quarteira
 Parque Desportivo de Salir (Campo de futebol, Piscinas descobertas e polidesportivo)
 Pavilhão Carlos Gravata (Quarteira)
 Pavilhão Drª Laura Ayres (Quarteira)
 Pavilhão Desportivo Municipal de Loulé
 Pavilhão Municipal de Boliqueime
 Skate Parque de Loulé
 Ginásio Gama Lobos (Espanhóis) – (Ginástica, Karaté, danças variadas,)
 Pista de BMX de Quarteira
 Equipamentos desportivos do Parque Municipal de Loulé
 Equipamentos de Street work-out



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

As Entidades que promovam ou organizem provas ou manifestações desportivas abertas ao público devem celebrar um contrato de seguro desportivo temporário, a favor dos participantes não cobertos pelo seguro dos agentes desportivos, pelo seguro de acidentes pessoais de utentes de instalações desportivas ou pelo seguro escolar.

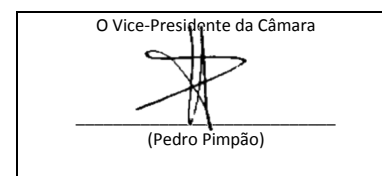
O seguro de participantes em provas ou manifestações desportivas deve garantir os riscos verificados no decurso da competição e nas deslocações inerentes.

A adesão ao seguro realiza-se no momento da inscrição na prova ou manifestação.

Estima-se um total de utentes das instalações / atividades desportivas para o ano de 2019 de acordo com o quadro seguinte.

Quadro 11

Instalação	Frequência semanal para a prática desportiva (para utentes em regime de inscrição)	Estimativa diária de utentes (Em regime livre / regime de inscrição)	Lotação do espaço	Horário de funcionamento
Piscinas Municipais de Loulé (cobertas)	5x	30/20	211	7:00 às 21:00h
Piscinas Municipais de Loulé (descobertas)	5x	600 (Jun-Set)/20	1405	8:00 às 22:30h
Piscinas Municipais de Quarteira	2x	100/190	190	7:00 às 21:30h
Estádio Municipal de Loulé (campo de futebol)	---	----	50	Conforme marcações clubes
Estádio Municipal de Loulé (Pista de ciclismo)	----	30/Não existe	60	18:00 às 20:00 (3ª feira) 18:00 às 21:00 (6ª feira)
Estádio Municipal de Quarteira (Campo de futebol)	----	----	50	9:00 às 23:00h
Estádio Municipal de Quarteira (Pista de Atletismo)	----	10/ Não existe	40	9:00 às 23:00h
Campo de Ténis de Loulé	----	20/ Não existe	20	8:00 às 22:00h
Campo de Ténis de Quarteira	----	15/ Não existe	10	9:00 às 23:00h
Complexo Desportivo de Salir (Piscinas Descobertas)	----	50 (Jun-Set)	80	9:00 às 20:00h
Complexo Desportivo de Salir (Polidesportivo)	----	----	----	Conforme marcações clubes
Pavilhão Carlos Gravata (Quarteira)	----	----	20	Conforme marcações clubes
Pavilhão Desportivo Municipal de Loulé	----	40/90	150	8:00 às 22:30h
Pavilhão Municipal de Boliqueime	----	20/não existe	40	9:00 às 23:30h
Skate Parque de Loulé	----	20/ Não existe	20	Todo o dia
Equipamentos desportivos do parque Municipal de Loulé	----	20/ Não existe	8	Todo o dia
Equipamentos de Street Work-out	----	5/ Não existe	10	Todo o dia



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

CAPITAIS E COBERTURAS

Para efeito deste seguro são consideradas pessoas seguras todos os utentes das instalações desportivas Municipais exploradas diretamente pelo Município, cobertas ou ao ar livre, abertas ao público.

São igualmente considerados para efeitos de seguro todos os participantes em atividades temporárias, realizadas, organizadas ou patrocinadas pelo Município de Loulé, nomeadamente as que se referem a ocupação de tempos livres, ou outras manifestações, acontecimentos ou eventos desportivos, ou de recreio (incluindo provas desportivas), que ocorram nas referidas instalações ou ao ar livre.

Este seguro deve abranger todos os participantes das atividades e eventos de carácter desportivo, indicados, de acordo com a programação indicada, cuja realização se desenvolve eventual ou periodicamente, em determinados dias do ano.

No contrato de seguro em causa não poderá haver capitais inferiores aos praticados no âmbito do seguro desportivo e deverá garantir-se no mínimo as seguintes coberturas:

- i. Pagamento de um capital por morte ou invalidez permanente, total ou parcial, por acidente decorrente das diversas atividades;
- ii. Pagamento de despesas de tratamento, incluindo internamento hospitalar, e de repatriamento.

As indemnizações por morte de menores de 14 anos traduzir-se-ão no reembolso de despesas de funeral.

No Desporto Sénior ficam garantidas as pessoas com mais de 70 anos de idade.

Este seguro deverá garantir ainda as consequências de sinistros que se traduzam em:

- i. Roturas e/ou distensões musculares, de ligamentos, articulações e/ou tendões;
- ii. Implantação ou reparação de próteses e/ou ortóteses.

As coberturas pretendidas são as coberturas mínimas definidas nos artigos 5º, 16º e 18º do Decreto-Lei nº 10/2009, de 12 de Janeiro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 27/2011, de 16 de Junho.

Estão previstos um total de 1500 utentes das instalações/atividades desportivas até 31/12/2019.

Neste seguro não haverá lugar à aplicação de qualquer franquia.

Indicam-se no Quadro 12 as modalidades praticadas nas Piscinas Municipais e no Quadro 13 as modalidades praticadas nas restantes instalações.

O Vice-Presidente da Câmara



(Pedro Pimpão)

CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

Quadro 12
 Modalidades praticadas nas Piscinas Municipais

Equipamento	Detalhe	Actividades (modalidades possíveis de prática)	Características						
			Tanques	Largura	Comprimento	N.º de Pistas	Profundidade Máxima	Profundidade Mínima	Temperatura Média
Piscinas Municipais de Loulé	Cobertas - Competição	Recreação e Lazer, Competição Natação, sincronizada e saltos para água	1	12,5	25	6	4	1,5	26º
Piscinas Municipais de Loulé	Cobertas - Aprendizagem	Ensino da natação e outras actividades de recreação, reabilitação e manutenção	1	8	10		1	0,9	28º
Piscinas Municipais de Loulé	Cobertas - Chapinheiro	recreação para crianças com idade inferior a 3 anos	1	3,33	4,2		0,5	0,3	29º
Piscinas Municipais de Loulé	Descobertas - Olímpica	lazer, treino e competição natação, polo-aquático e sincronizada	1	21	50	8	1,8	2,8	25º
Piscinas Municipais de Loulé	Descobertas - Saltos	Lazer, competição de saltos para água, cursos de mergulho e actividades subaquáticas	1	15,95	16,15		5,5	4,5	24º
Piscinas Municipais de Loulé	Descoberta - Infantil	recreação para crianças e adaptação ao meio aquático	1	5,95	12,45		0,8	1	26º
Piscinas Municipais de Loulé	Descoberta - Chapinheiro	recreação para crianças com idade inferior a 3 anos	1	3,55	6,5		0,5	0,3	26º
Piscinas Municipais de Quarteira	Competição - 50m	lazer, treino e competição natação, polo-aquático e sincronizada	1	5,25	50	2	2,2	2,2	26º
Piscinas Municipais de Quarteira	Competição - 25m	lazer, treino e competição natação, polo-aquático e sincronizada	1	12,5	25	6			26º
Piscinas Municipais de Quarteira	Cobertas - Aprendizagem	Ensino da natação e outras actividades de recreação, reabilitação e manutenção	1	8	10		1,2	1,2	28º
Piscinas Municipais de Quarteira	Cobertas - Chapinheiro	recreação para crianças com idade inferior a 3 anos		4,2	8		0,5	0,2	29º
Piscinas Municipais de Salir	Piscina Recreativa	Recreação e Lazer	1	8	16		2,2	1,2	26º

O Vice-Presidente da Câmara

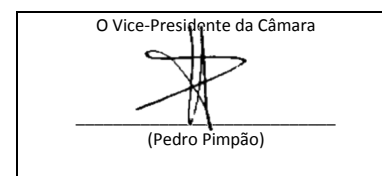


(Pedro Pimpão)

CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

Quadro 13
 Modalidades praticadas nas instalações desportivas

Localização	Pavilhões/Campo	Actividades (modalidades possíveis de prática)	Características				
			Tipo de Piso	Iluminação Artificial	Comprimento	Largura	N.º de Campos
Loulé	Estádio Municipal	Futebol, ciclismo	Rel	Sim	103	68	
Quarteira	Estádio Municipal	Futebol e atletismo	Rel	Sim	103	64	
Loulé	Campo nº2	Futebol	Rel Sint.	Sim	90	63	
Quarteira	Campo nº2	Futebol	Rel Sint.	Sim	95	67	
Loulé	Campo de futebol Escola J. C. Cabanita	Futebol	Rel Sint.	Sim	80	40	
Loulé	Campo João Avelino Gonçalves	Râguebi e futebol	Rel	Sim	120	90	
Almancil	Estádio Mun. de Almancil	Futebol	Rel Sint.	Sim	100	65	
Salir	Campo Joaquim António Teixeira	Futebol, Futebol Americano e Basebol	Rel Sint.	Sim	100	64	
Vale do Lobo	Campo de futebol	Futebol e Basebol	Rel	Não	102	65	
Loulé	Campo Ténis	Ténis e Mini Ténis	Sint	Sim	36	18	5
Quarteira	Campo Ténis	Ténis e Mini Ténis	Sint	Sim	36	18	2
Quarteira	Pavilhão Carlos Gravata	Futsal, Basquetebol, Andebol	Sint	Sim	40	20	
Quarteira	Pavilhão Laura Ayres	Futsal, Basquetebol, Andebol	Madeira	Sim	40	20	
Loulé	Ginásio Gama Lobos (Espanhóis)	Ginástica, Karaté, danças variadas...	Madeira	Sim	20	20	4
Loulé	PDM - Nave	Futsal, Basquetebol, Andebol, Voleibol	Madeira	Sim	44	22	
Loulé	PDM - Nave apoio	Ginástica	Madeira	Sim	40	20	
Loulé	PDM - Salas	Musculação, Artes Marciais, Manutenção	Madeira	Sim	10	6	3
Loulé	PDM - Squash	Squash	Madeira	Sim	9,75	6,43	2
Boliqueime	Nave	Hóquei em Patins, Futsal	Madeira	Sim	40	22	1



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

O Município prevê organizar, no decurso do ano de 2019, as seguintes provas ou manifestações desportivas:

Quadro 14

Previsão de realização de provas ou manifestações desportivas (2019)

Data Inicial	Data Final	Atividade Evento	Local	Modalidade	Promotor	Obs.
04/05/2019	04/05/2019	GP Mãe Soberana	Loulé	Corrida	CML	
05/06/2019	05/06/2019	2ª Marcha Corrida Noturna Concelho de Loulé	Quarteira	Marcha/ Corrida	CML	
20/09/2019	20/09/2019	Marcha Corrida Loulé Adapta 2019	Loulé	Marcha/ Corrida	CML	Data sujeita a confirmação
20/09/2019	20/09/2019	Marcha Corrida Loulé Adapta 2019	Loulé	Passeio Bicicleta	CML	Data sujeita a confirmação
14/09/2019	15/09/2019	2019 Minutos na Piscina	Loulé	Atividades Aquáticas	CML	Data sujeita a confirmação
20/10/2019	20/10/2019	Marcha Corrida Loulé 2019	Loulé	Marcha/ Corrida	CML	Data sujeita a confirmação
12/10/2019	12/10/2019	4ª Prova Orientação Pedestre Concelho de Loulé	Loulé	Corrida/ Orientação	CML	Data sujeita a confirmação
09/11/2019	09/11/2019	Caminhada pelos Diabetes	Quarteira	Marcha/ Corrida	CML	Data sujeita a confirmação
17/11/2019	17/11/2019	Algarve Tri Run 4.0	Vilamoura	Marcha/ Corrida	CML	Data sujeita a confirmação
20/12/2019	20/12/2019	Corrida Noturna de Natal	Loulé	Marcha/ Corrida	CML	Data sujeita a confirmação
16/09/2019	31/12/2019	Centro Municipal Marcha Corrida	Loulé e Quarteira	Marcha/ Corrida	CML	a)

➤ Estas são atividades/eventos previstos no nosso plano anual de atividades, no entanto ao longo do ano de 2019 irão surgir novas atividades, que informaremos na devida altura.

a) Projetos desenvolvidos pela Divisão de Desporto.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

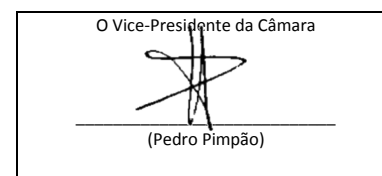
Para efeitos de tarifação deverá ser considerado que a frequência de utilização por parte dos utentes do regime livre é muito irregular, podendo no limite utilizarem a instalação desportiva apenas uma vez por ano. Contrariamente, os utentes do regime de inscrição na prática de desporto amador, têm uma frequência regular ao longo dos meses de utilização da instalação desportiva;

Deverá também ser considerado que existe uma percentagem elevada de utentes de ambos os regimes com idade inferior a 14 anos, o que reduz o risco.

O reembolso das despesas será sempre efetuado pelo adjudicatário a favor do sinistrado (salvo indicação expressa em contrário na participação de sinistro).

O número e a composição de participantes serão diversos conforme a atividade desenvolvida.

Pretende-se uma apólice aberta.



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

X – SEGURO DE RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL AUTARQUIAS

1. OBJECTO E ÂMBITO DO SEGURO

Pretende-se um seguro de Responsabilidade Civil Geral – cobrindo as consequências pecuniárias resultantes de danos corporais e materiais da responsabilidade do Município de Loulé, em todo o território de Portugal Continental, que garanta a responsabilidade civil extracontratual decorrente da atividade do Município.

São consideradas atividades do Município todas as que sejam desenvolvidas por este no âmbito das suas atribuições e competências.

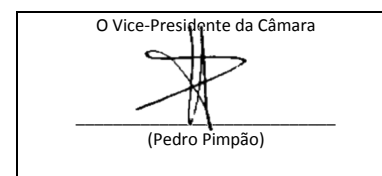
ACTIVIDADES DO TOMADOR DO SEGURO

São consideradas atividades do tomador do seguro todas as atribuições e competências dos municípios e órgãos municipais de acordo com a legislação em vigor, podendo envolver atividades diversas, nomeadamente:

1. Biblioteca Municipal;
2. Feiras e Mercados;
3. Exposições;
4. Conferências;
5. Manifestações Culturais, Desportivas ou análogas;
6. Cantinas;
7. Colónia de Férias;
8. Jardins-de-Infância e Escolas EB 1 e EB 2, 3;
9. Parques Infantis;
10. Equipamentos Desportivos de Recreio ou Culturais;
11. Serviços de recolha manual ou mecânica de resíduos ou detritos sólidos;
12. Limpeza e Higiene Urbana;
13. Conservação de Parques e Jardins;
14. Resíduos;
15. Sistema de sinalização e trânsito;
16. Atividades de promoção turística;
17. Parques de estacionamento;
18. Auditórios, Galerias e Arquivo Histórico;
19. Canis.

CAPITAIS E COBERTURAS

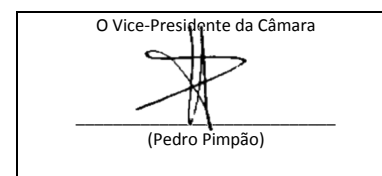
O capital a segurar é de **1.000.000,00 €** por sinistro e anuidade.



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

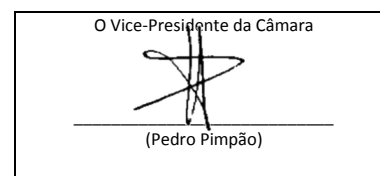
Em relação à cobertura, pretende-se garantir o programa das indemnizações que, ao abrigo da legislação em vigor, sejam exigíveis ao Município de Loulé, em consequência de danos decorrentes de lesões corporais e/ou materiais causadas a terceiros, decorrentes de:

- 1) Atos do Presidente, dos Vereadores ou de quaisquer outros títulos de órgãos da Autarquia, no exercício das suas funções e por causa desse exercício;
- 2) Atos dos Agentes que trabalham por conta e sob a direção do Município, no exercício das suas funções e por causa desse exercício;
- 3) Atos de Agentes requisitados civilmente pelo Município, ao abrigo da legislação em vigor, para prevenir ou pôr cobro a acidentes e calamidades, ou ao serviço de interesses humanitários da comunidade;
- 4) Na qualidade de proprietário, arrendatário ou usufrutuário de imóveis ou parte dos mesmos ocupados pelos serviços de Município;
- 5) Utilização de Imóveis de propriedade do Município;
- 6) Execução de trabalhos de conservação, manutenção ou reparação de arruamentos;
- 7) Na consequência de incêndio e/ou explosão ocorrida nas instalações do Município;
- 8) Danos causados a imóveis de terceiros, vizinhos das obras desde que na consequência de trabalhos realizados por piquetes de urgência;
- 9) Trabalhos de abertura, reparação e manutenção de estradas, de caminhos municipais e de redes de água ou qualquer situação de abertura de valas quando tais trabalhos sejam executados por administração direta;
- 10) Acidentes causados por falta de sinalização, sinalização deficiente ou por sinalização retirada por terceiros ou ação de elementos naturais, nas vias públicas, municipais ou arruamentos;
- 11) Lançamento de fogo-de-artifício e foguetes, durante feiras e festas cuja responsabilidade seja imputável ao Município;
- 12) Acidentes causados por falta de tampas de saneamento, tampas de saneamento partidas ou retiradas por terceiros ou por ação de elementos naturais;
- 13) Conservação, manutenção e exploração do Sistema de Esgotos;
- 14) Danos causados pela distribuição de água, com exceções dos danos decorrentes de interrupção programada do seu fornecimento;



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

- 15) Inundações desde que decorrentes de ações ou omissões da Câmara;
- 16) Danos causados a condutas ou instalações subterrâneas;
- 17) Danos causados a cabos e instalações aéreas;
- 18) Queda de telhas, andaimes ou quaisquer estruturas amovíveis em resultado de ação de elementos naturais;
- 19) Equipamentos (veículos e máquinas) em laboração, independentemente destas serem ou não propriedade do Município, desde que estejam a ser utilizadas/manobradas por trabalhadores do Município) e que não estejam cobertos do seguro obrigatório de responsabilidade civil automóvel.
- 20) Queda de material das viaturas do Município, quando em circulação;
- 21) Equipamentos montados em viaturas de serviço excluídas pela apólice de responsabilidade civil obrigatória do ramo automóvel;
- 22) Organização de atos culturais, recreativos, desportivos, feiras, festas e mercados;
- 23) Exploração de escolas, infantários e creches, casa da juventude e centros de dia;
- 24) Corte e abate de árvores quando efetuadas por trabalhadores do Município e queda accidental de árvores desde que decorrentes da ação ou omissão da câmara;
- 25) Uso e/ou utilização de imóveis, instalações ou depósitos por parte do tomador do seguro na sua qualidade de inquilino ou usufrutuário;
- 26) Operações de cargas e descargas quando realizadas pelo Pessoal ao serviço do Município;
- 27) Intoxicação alimentar provocada por alimentos e/ou bebidas servidas nas instalações de restauração geridas pelo Município;
- 28) Manuseamento de contentores de resíduos sólidos urbanos por trabalhadores do Tomador do seguro;
- 29) Utilização e montagem de bancadas móveis instaladas com carácter temporário por iniciativa da autarquia;
- 30) Ascensores, monta-cargas, plataformas e escadas rolantes, propriedade do Município ou, não o sendo, por este explorados;



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

- 31) Queda total ou parcial de anúncios, painéis publicitários, antenas, postes de iluminação, de sinalização, de semáforos, que sejam propriedade do Município ou que por ele sejam explorados;
- 32) Serviços de vigilância desenvolvidos por trabalhadores do Tomador do seguro, desde que não se encontrem abrangidos pelo seguro obrigatório;
- 33) Quaisquer visitas ou manifestações sociais, culturais e desportivas;
- 34) Poluição accidental, e que resultem na sequência da emissão, dispersão, rejeição ou depósito de quaisquer substâncias sólidas, líquidas ou gasosas que poluam a atmosfera, águas ou solos e na condição de que estes fenómenos mantenham em si mesmos uma causa accidental.

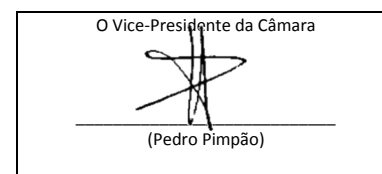
FRANQUIA

A franquia não é oponível aos terceiros lesados, ficando a cargo do Município. Pretende-se uma franquia de 10% do valor dos prejuízos no mínimo de 150,00 € e no máximo de 500,00 €.

Tendo em consideração que a exploração de instalações desportivas e a exploração de parques infantis e outros espaços de jogo e recreio carecem de seguro de responsabilidade civil obrigatório, com legislação específica própria, a inclusão das respetivas coberturas na apólice de responsabilidade civil geral da autarquia deve obedecer ao exigido nessa mesma legislação, nomeadamente às seguintes particularidades:

Exploração de instalações desportivas cobertas ou ao ar livre:

Exploração de instalações desportivas cobertas ou ao ar livre, incluindo o disposto no Decreto-Lei n.º 100/2003, de 23 de Maio; com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 82/2004, de 24 de Abril e a Portaria n.º 1049/2004, de 19 de Agosto; esta garantia tem um limite de indemnização máximo de 200.000,00 € por sinistro e anuidade. Pretende-se a inclusão de todas as instalações desportivas, cobertas ou ao ar livre, de que o Município seja proprietário.



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

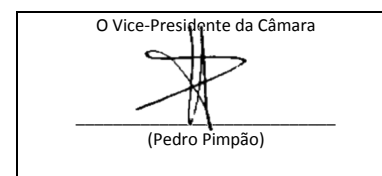
Espaços de Jogo e Recreio:

A entidade responsável pelo espaço de jogo e recreio está obrigada a celebrar um seguro de responsabilidade civil por danos corporais causados aos utilizadores em virtude de deficiente instalação, manutenção, assistência ou vigilância nos espaços de jogo e recreio, respetivo equipamento, superfícies de impacto e mobiliário urbano (nº 1 do artigo 31º do Decreto-Lei n.º 203/2015, de 17 de Setembro). Pretende-se a sua inclusão na apólice de responsabilidade civil geral da autarquia.

O Município de Loulé é responsável pelos seguintes espaços de jogo e recreio:

Quadro 15
Espaços de Jogo e Recreio

Posição	Localização	Espaço de Jogo e Recreio
1	Alte	E. J. R. - Recinto de Ar Livre para Jogos Tradicionais (Av. 25 de Abril)
2	Alte	E. J. R. - Centro de Animação e Apoio Comunitário da Freguesia de Alte (Rua dos Seramonheiros)
3	Almancil	E. J. R. - António Aleixo (Rua António Aleixo)
4	Almancil	E. J. R. - Jardim das Comunidades (Rua Volker Huber)
5	Almancil	E. J. R. - Jardim-de-Infância de Almancil (Praça Profº Antº Sousa Agostinho)
6	Almancil	E. J. R. - João de Deus (Rua João de Deus)
7	Almancil	E. J. R. - Escola EB1 de Escanchinas (Rua do Emigrante)
8	Almancil	E. J. R. - Escola EB1 de S. João da Venda
9	Almancil	E. J. R. - Escola EB1 de S. Lourenço
10	Almancil	E. J. R. - Escola EB1 nº 2 de Almancil (Rua Cristovão Pires Norte)
11	Ameixial	E. J. R. - Escola EB1 de Ameixial (Sarba)
12	Benafim	E. J. R. - Escola EB1 de Benafim (Hags)
13	Boliqueime	E. J. R. - Escola Básica Integrada de Boliqueime
14	Boliqueime	E. J. R. - Rua do Centro de Saúde de Boliqueime
15	Boliqueime	E. J. R. - Jardim-de-Infância de Patã (Rua da Escola)
16	Boliqueime	E. J. R. - Escola EB1 de Benfarras (Rua da Escola)
17	Boliqueime	E. J. R. - Escola EB1 de Vale Silves (Vale Silves)
18	Boliqueime	E. J. R. - Centro Social e Comunitário de Vale Silves (Vale Silves)
19	Quarteira	E. J. R. - Marginal de Quarteira (Rua dos Bombeiros)
20	Quarteira	E. J. R. - Marginal de Quarteira II (Rua do Leste)
21	Quarteira	E. J. R. - Largo Poeta Parda
22	Quarteira	E. J. R. - Jardim-de-Infância da Escola EB1 nº 3 de Quarteira (Abelheira)
23	Quarteira	E. J. R. - Jardim de Infância nº 3 de Quarteira (Rua de São Pedro do Mar)
24	Quarteira	E. J. R. - Escola EB1 nº 4 de Quarteira D. Francisco de Aragão (Rua da Escola)
25	Quarteira	E. J. R. - Jardim-de-Infância da Escola EB1 Nº 4 DE Quarteira D. Francisco de Aragão (Rua da Escola)
26	Quarteira	E. J. R. - Avenida Sá Carneiro
27	Quarteira	E. J. R. - Avenida de Ceuta
28	Quarteira	E. J. R. - Escola EB1 de Fonte Santa
29	Quarteira	E. J. R. - Jardim Público São Pedro do Mar
30	Querença	E. J. R. - Escola EB1 de Querença
31	Salir	E. J. R. - Escola EB1 de Cortelha
32	Salir	E. J. R. - Montes Novos
33	Salir	E. J. R. - Escola Básica e Integrada de Salir



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

34	Salir	E. J. R. - Anexo à Junta de Freguesia de Salir
35	Loulé	E. J. R. - Parque de Estacionamento Municipal de Loulé
36	Loulé	E. J. R. - Rua Gonçalo de Loulé
37	Loulé	E. J. R. - Centro Social e Autárquico de Loulé
38	Loulé	E. J. R. - Cooperativa 26 Junho
39	Loulé	E. J. R. - Escola EB1 n.º3 de Loulé
40	Loulé	E. J. R. - Quinta de Betunes
41	Loulé	E. J. R. - Escola EB1 n.º 6 de Loulé
42	Loulé	E. J. R. - Jardim de Infância da Escola EB1 n.º 6 de Loulé
43	Loulé	E. J. R. - Jardim de Infância de Clareanes
44	Loulé	E. J. R. - Parque Municipal de Loulé Sul
45	Loulé	E. J. R. - Urbanização Clona
46	Loulé	E. J. R. - Parque Municipal de Loulé Norte
47	Loulé	E. J. R. - Marroquia
48	Loulé	E. J. R. - Jardim de Infância n.º2 Miramar
49	Loulé	E. J. R. - Escola EB1 n.º5 Hortas de Santo António
50	Loulé	E. J. R. - Jardim de Infância da Escola EB1 n.º5 Hortas de Santo António
51	Loulé	E. J. R. - Urbanização Olivais Sto. António
52	S. Sebastião	E. J. R. - Escola EB1 de Vale Judeu
53	Tôr	E. J. R. - Escola EB1 da Tôr
54	Quarteira	E. J. R. - Quinta do Romão
55	Quarteira	E. J. R. - Escola EB1 n.º1 de Quarteira
56	Quarteira	E. J. R. - Jardim de Infância da Escola n.º1 de Quarteira
57	Quarteira	E. J. R. - Praça Stuttgart
58	Quarteira	E. J. R. - Campos desportivos do Jardim Filipe Jonas
59	Loulé	E. J. R. - Rua José António Madeira, atrás dos prédios
60	S. Sebastião	E. J. R. - Rua Fernando Laginha

CAPITAIS E COBERTURAS

Pretende-se dar cumprimento ao disposto no artigo 31º do Decreto-Lei n.º 203/2015, de 17 de Setembro. As coberturas pretendidas são as coberturas mínimas definidas no artigo 31º do Decreto-Lei n.º 203/2015, de 17 de Setembro:

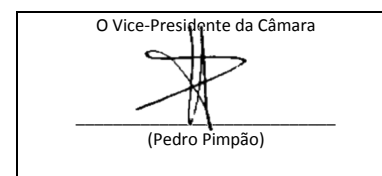
Cobertura	Capital
Danos corporais e/ou materiais por sinistro	350.000,00 €

* Coberturas atualizadas anualmente de acordo com o previsto no nº 2 do artigo 31º do Decreto-Lei n.º 203/2015, de 17 de Setembro.

Regularização de Sinistros

Os sinistros ocorridos, cuja responsabilidade seja do Município, são assumidos, sem exclusões, exceto quando for provado pela seguradora que o sinistro foi causado por negligência grosseira do segurado.

Sempre que seja participado pelo tomador do seguro ou reclamado pelo terceiro/lesado a ocorrência de um sinistro, a seguradora deve:



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

- a) Realizar as peritagens no prazo máximo de quinze (15) dias após a receção da participação;
- b) Decidir da assunção da responsabilidade no prazo máximo de trinta (30) dias a contar da peritagem, informando o tomador de seguro e o terceiro/lesado, por escrito;
- c) Os prazos previstos nos itens anteriores suspendem-se nas situações em que a seguradora se encontre a levar a cabo uma investigação por suspeita fundamentada de fraude;
- d) Serão pagos ao lesado os prejuízos resultantes de paralisações e percas indiretas de qualquer natureza devidamente comprovados;
- e) Nos sinistros recusados pela Seguradora fica esta obrigada a entregar ao tomador do seguro a fundamentação técnico - jurídica da recusa.

XI – SEGURO DE ACIDENTES PESSOAIS – BANCO DE VOLUNTARIADO

Pretende-se um seguro de Acidentes Pessoais para os voluntários que integram o Banco de Voluntariado da Câmara Municipal de Loulé. A previsão é de que serão integrados 400 voluntários anualmente.

O Município deverá provar que o sinistrado fazia parte do Banco de Voluntariado, à data da ocorrência.

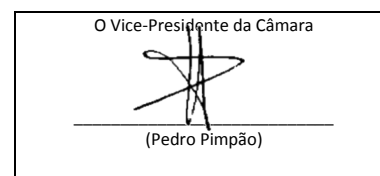
COBERTURAS / CAPITALS:

Pretende-se as seguintes coberturas/capitals:

Quadro 16

Coberturas	Capitals
Morte ou Invalidez Permanente	75.000,00 €
Despesas de Tratamento e Repatriamento	15.000,00 €
Incapacidade Temporária – Subsídio diário	20,00 €

O pagamento do prémio será anual.



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

XII - SEGURO DE ACIDENTES PESSOAIS – FÉRIAS PARA TODOS XL

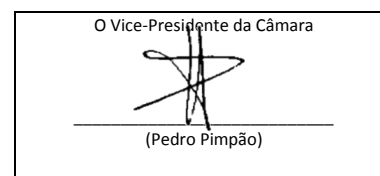
Pretende-se um seguro de Acidentes Pessoais para os participantes nas atividades de Verão organizadas pelo Município de Loulé – Férias para Todos XL. A previsão para o ano de 2019 é de 500 participantes. Cada participante permanecerá neste seguro, em média, durante um mês.

O Município deverá enviar a lista de participantes nas atividades e atualizar a lista, sempre que se verifiquem alterações.

Pretende-se as seguintes coberturas/capitais:

Quadro 17

Coberturas	Capitais
Morte ou Invalidez Permanente	46.400,00 €
Despesas de Tratamento	5.800,00 €
Despesas de Funeral	4.640,00 €
Incapacidade Temporária – Subsídio diário	20,00 €
Prótese/Ortóteses	435,00 €



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

Informação sobre a sinistralidade do Município de Loulé, triénio 2016/18, referente aos ramos de Acidentes de Trabalho, Automóvel e Responsabilidade Civil Geral.

SINISTRALIDADE MUNICÍPIO LOULÉ TRIÉNIO 2016/18

	ACIDENTES TRABALHO	AUTOMOVEL	RESPONSABILIDADE CIVIL
Nº SINISTROS	216	208	27
FREQUÊNCIA SINISTRALIDADE	7,20%	45,00%	
TAXA SINISTRALIDADE	62,11%	124,10%	171,00%

Informações enviadas pela companhia de seguros Tranquilidade em 26.10.2018